



Índice

- 01** Índios podem se insurgir contra o uso não autorizado de suas obras
- 02** Senador Randolfe declara apoio às questões indígenas
- 03** Índios montam operação para salvar pirarucus de estiagem no Tocantins
- 04** 1º Encontro de Valorização da Cultura A'Uwe na TI Marãiwatsédé
- 05** 'IX Festa da Damurida' em Roraima reúne 17 comunidades indígenas
- 06** II Ano da Consciência Negra da Comunidade Quilombola de Sítio Grossos
- 07** Indígena de MS faz Enem 'pelo futuro da aldeia' e não quer vaga por cotas
- 08** Terceiro setor realiza Curso de Viveiristas para indígenas de RO
- 09** Reconhecimento de direitos indígenas diminui desmatamento e narcotráfico na América Central
- 10** Criação de instituto de saúde indígena causa polêmica em audiência
- 11** Após quase 20 anos, grupo de índios isolados faz contato com tribo no AM
- 12** Brasil sediará primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas
- 13** Por que o silêncio em relação aos incêndios em Marãiwatsédé
- 14** UFSCar divulga resultado de pedidos de inscrições do vestibular indígena
- 15** Após um século de descaminhos, povo Kinikinau realiza sua primeira assembleia fortalecendo a identidade na luta pelo bem viver



- 16 Sonhando ser engenheiro, indígena de RO viaja 8h de barco para fazer Enem
- 17 Índios: onde eles foram parar?
- 18 Antropólogo leva índia de 92 anos para casa para ajudá-la a enxergar
- 19 Com a ocupação supostamente indígena, invasão ilegal de terra se expande na Zona Norte
- 20 Confronto entre indígenas deixa feridos em Mato Castelhana, RS
- 21 Disputa por área ocupada por quilombolas é competência da Justiça Federal
- 22 Farc reconhecem assassinato de 2 indígenas e negam ameaças a líderes
- 23 Após briga, indígena é assassinado na Te'Yikuê em Caarapó
- 24 Infanticídio: Por que a Funai não intervém?
- 25 Exposição reúne produtos confeccionados por mulheres quilombolas
- 26 Ipuxowoku Hou Koinkunoe (Conselho do Povo Kinikinau): Carta do Povo Kinikinau
- 27 Indígenas de Roraima refletem sobre mudanças climáticas
- 28 Confronto entre indígenas deixa feridos em MatoCastelhano, no Rio Grande do Sul
- 29 Encontro de Valorização de Mulheres Indigenistas na aldeia Colorado



Índios podem se insurgir contra o uso não autorizado de suas obras

SÍTIO CONJUR, 08.11.2014

Em recente viagem ao Mato Grosso, para desenvolvimento de uma pesquisa de campo sobre grafismos indígenas, a designer Antonia Souza visitou a aldeia dos Kamayurás, no Alto Xingu, onde notou algo curioso e que lhe chamou a atenção, posteriormente relatado a seus advogados.

Ali acontecia o Kwarup, uma das mais importantes cerimônias do Xingu para homenagear e se despedir dos mortos, que são representados por toras de madeira com o mesmo nome. Os kwarups, presos ao chão, são pintados pelas famílias dos falecidos. Ao final, lançam-se os kwarups às águas para que as almas sejam libertadas, finalizando-se o período de luto.

O cacique anfitrião dos Kamayurás, junto de seu grupo, recebeu diversas outras etnias em sua aldeia. Por tradição, os integrantes de cada uma delas tinham seus corpos pintados com grafismos característicos, representando suas coletividades. Ao ver que alguns índios de diferentes etnias haviam feito desenhos iguais ou muito similares a dos Kamayurás, a irritação deles foi tremenda. Havia uma identificação com algo que não pertencia aos outros, uma apropriação não autorizada de elementos próprios tão intrinsecamente conectados aos Kamayurás. Quanto aos aspectos visuais, um plágio!

Antonia havia levado do mundo “dos brancos” amostras de grafismos usados na cidade, aplicados em estampas de roupa, papéis e artigos de decoração. Ao apresentar seus exemplos, em especial aqueles que eram visualmente parecidos aos desenvolvidos pelos moradores da aldeia, a indignação dos índios foi menor, talvez pela incompreensão do que aqueles suportes representavam, mas certamente porque não sentiram sua honra ofendida.

Voltando ao mundo que muitos não índios consideram civilizado, todo dia uma nova cópia é noticiada. É cópia de cordão, de sapato, de estampa, de layout. O autor, índio ou não, tem todo o direito de se sentir ofendido, de reclamar, de impedir cópias não autorizadas e o aproveitamento parasitário.

Ainda que haja algumas peculiaridades de proteção e forma de exploração previstas em lei, as criações do espírito, ou seja, aquilo que a mente humana puder criar e aplicar, são passíveis de proteção para todos. O Brasil e nada menos que outros 167 países são signatários da Convenção de Berna, que garante um padrão mínimo de proteção autoral ao redor do mundo, sem nem mesmo analisar as legislações locais específicas, inclusive, para os brasileiros, os artigos constitucionais aplicáveis e a lei de direitos autorais.

Vale destacar que para os índios, na forma de seu Estatuto, uma lei federal de 1973, todos os direitos e benefícios da legislação comum lhes serão aplicáveis sempre que possível, inclusive a capacidade de proteção de sua arte.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Sobre o direito moral do autor, é importante observar que ele está intrinsecamente conectado à sua criação, à sua honra, sendo, portanto um direito personalíssimo, que garante a possibilidade de reivindicar sua autoria. Junto dele vem a capacidade de exploração patrimonial, aspecto que pode ser objeto de transferência para terceiros, seja por licença, ou por cessão.

Para os índios, em razão de características sociais e antropológicas peculiares, em especial a ampla capacidade de identificação com a sua coletividade, normas excepcionais permitem que o direito do autor seja, de forma originária, um direito coletivo, sendo atribuído ao grupo. Desta forma, o grupo que poderá decidir sobre a forma de utilizar a obra, deterá direitos para protegê-la contra abusos de terceiros e deverá ser sempre reconhecido como criador.

Os índios, portanto, inclusive grupos étnicos de forma coletiva, poderão se insurgir contra o uso não autorizado de suas obras, como qualquer outro autor, e gozarão dos mesmos direitos, inclusive possibilidade de requerer a apreensão de materiais que reproduza criações de forma não autorizada e ingressar em juízo para obtenção de indenizações por danos patrimoniais e morais.

Inspirações e referências continuam sendo possíveis, sejam elas baseadas no urbano ou na arte feita em ocas. Reproduzir sem autorização continua sendo ilícito e o limite entre tais referências e a real infração deverá ser observada caso a caso.

Entre os brasileiros, índios ou não e todo o resto do mundo, continuaremos com o ímpeto da proteção de autoria em comum, pela simples semelhança de sermos pessoas.



Senador Randolfe declara apoio às questões indígenas

SÍTIO GLOBO.COM, 08.11.2014

"Nós queremos respeito, saúde, transporte e educação de qualidade". Foi o que pediu o índio Kumaré, da etnia Wajãpi ao senador Randolfe Rodrigues (PSol-AP), durante a III Oficina Regional de Política Indigenista para Associações Indígenas do Amapá e norte do Pará, que aconteceu em Macapá, onde mais de 100 lideranças indígenas estavam reunidas e presenciaram o apoio do senador Randolfe às questões indígenas.



Randolfe apresentou aos indígenas o andamento de projetos de leis que ameaçam os seus direitos no Congresso Nacional e marcou posição contrária aos projetos. "Lutarei junto com vocês para que seus direitos não sejam suprimidos, no Senado e na rua", afirmou. O senador lembrou à aprovação do Código Floresta e o retrocesso às lutas indígenas que isso representa. "Não podemos servir a dois senhores, aos ruralistas e aos indígenas", disse.

"Aqui no Amapá todas as Terras Indígenas estão demarcadas desde os anos 90, mas isso não tem significado muita coisa, porque existe um descaso enorme do governo com essas áreas, por exemplo, em relação à não efetivação das políticas públicas por parte da saúde indígena e da Funai", afirmou o senador.

Saúde e transporte

O cacique Tiryó contou detalhes da situação de sua aldeia e a existências de sete pistas de pouso na região em que vive e não são regularizadas. No começo do ano, Randolfe esteve com representantes indígenas no Ministério Público Federal tratando sobre a situação da Casai e das pistas que precisam ser homologadas para que as aldeias recebam assistência médica.

O senador se comprometeu a ir ao Ministério da Justiça para tratar sobre a regularização das terras indígenas, bem como agendar uma audiência com o novo presidente da Funai em Macapá, junto com os líderes indígenas para trará sobre todas as pendências no estado.A



Índios montam operação para salvar pirarucus de estiagem no Tocantins

SÍTIO GLOBO.COM, 08.11.2014

Os peixes salvos são transportados em um tanque e devolvidos para o rio mais próximo. Em uma semana foram mais de 300 pirarucus.

Índios montam operação para salvar pirarucus de estiagem no Tocantins

Os peixes salvos são transportados em um tanque e devolvidos para o rio mais próximo. Em uma semana foram mais de 300 pirarucus.

A longa estiagem que atinge o Tocantins se tornou também em uma ameaça a um dos mais conhecidos peixes do Brasil. Por causa do baixo nível dos lagos na Ilha do Bananal, os índios da região montaram uma operação para salvar o pirarucu.

A missão era combater incêndios, mas a brigada formada pelos índios descobriu que a seca não levava só fogo para a maior ilha de água doce do mundo.

"A gente se deparou com o lago, e o lago estava completamente cheio de peixe morrendo. Você olhava para dentro do lago e via os peixes todos com a cabeça de fora, procurando oxigênio", revela Pedro Xerente, gerente estadual do Prevfogo-Ibama.

No período de chuva, metade da Ilha do Bananal, no Tocantins, fica debaixo d'água. Com a estiagem, mais de 3 mil lagoas se formaram. São tantas, que nem sempre o socorro chega a tempo.

É até difícil acreditar, mas em uma área existia uma lagoa. Só que ela não suportou seis meses de estiagem. O local é de difícil acesso, fica no meio de uma mata fechada. São horas para chegar até lá. E, sem água, dos peixes que viviam no lugar, só restaram as carcaças.

"Além do tempo, existe a onça, que pega o pirarucu. O jacaré que come bastante. O próprio pescador clandestino que passa e pega o peixe também para comércio de forma clandestina", constata Vantuires Javaé, chefe de brigada.

Os peixes salvos são transportados em um tanque e devolvidos para o rio mais próximo. Em uma semana foram mais de 300 pirarucus.

"Eles estão descansados, saem e vão embora. É mais uma vitória para nós, porque fizemos alguma coisa", conclui um homem.

1º Encontro de Valorização da Cultura A'Uwe na TI Marãiwatsédé
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.11.2014



Foto: Joarcenia Setúbal/Funai

De 21 a 24 de outubro, na Terra Indígena (TI) Marãiwatsédé, no Mato Grosso, foi realizado o 1º Encontro de Valorização da Cultura A'Uwe, com a participação de jovens, professores, lideranças indígenas, anciões e representantes da Polícia Militar e da Secretaria de Assistência Social do município de Bom Jesus do Araguaia.

No evento, promovido pela Funai por meio da Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira e da Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania – CGPC/DPDS, foram discutidos temas importantes para a valorização da cultura Xavante, incluindo o enfrentamento ao uso de álcool e drogas, situações de vulnerabilidade sociocultural, acesso aos programas Bolsa Família e Auxílio Maternidade, dentre outros.

Os professores indígenas destacaram a importância do encontro na perspectiva de propor outros caminhos, sensibilizando os jovens a aprenderem um pouco mais sobre a importância de ouvir os anciões, detentores de histórias, usos e costumes de seus antepassados.

Zeferino, liderança Xavante, destacou que “antigamente, os homens tinham respeito com suas mulheres, hoje estão abandonando a cultura, se envolvendo com bebida alcóolica. Antigamente bebiam raiz para dar coragem, hoje bebem bebida para ter coragem e ficar bravo”. Reforçando a importância do diálogo entre as gerações, ele conclama os jovens para que “participem bem do encontro para aprender as coisas dos velhos, coisas boas da cultura Xavante, que precisa fortalecer mais a participação dos jovens nas reuniões e no warã, e eles devem ouvir mais velhos”.

Maria da Graça (foto), anciã, falou sobre a importância do resgate da alimentação tradicional Xavante, dizendo que “a alimentação de antigamente era mais forte para as crianças do que a

CONT.



de hoje”, e ressaltou que também para as gestantes e os jovens “as dietas são muito importantes, para não dar doenças”. Cecília, anciã, falou da dificuldade de encontrar ervas medicinais, devido às queimadas, e também da dificuldade dos professores de trabalhar em sala de aula conhecimentos da cultura Xavante sobre a identificação e uso de recursos naturais, tais como raízes, fibras, ceras e outros.

Após a fala dos professores, lideranças e anciões, a professora Carolina Rewaptu e a servidora Maria Helena, da CGPC, trabalharam em grupos para tratar das questões “o que a juventude A’Uwe deve fazer na relação grupo social para fortalecer a cultura?” e “o que os velhos pensam que a juventude A’Uwe de Marãiwatsédé deve fazer na sua comunidade para fortalecer a cultura?”

Representantes da Polícia Militar dos municípios de Bom Jesus do Araguaia e Novo Santo Antônio falaram sobre o uso de drogas e as suas consequências. Zeferino, liderança, pediu apoio dos policiais para ajudar na questão de venda de bebida alcóolica aos indígenas de Marãiwatsédé.

A participação da equipe Secretaria de Assistência Social da cidade de Bom Jesus do Araguaia também foi importante para prestar esclarecimentos aos indígenas sobre os programas do Governo de acesso a benefícios, tais como o Bolsa Família e Auxílio Maternidade.

As atividades incluíram ainda apresentações da cultura Xavante como pintura corporal, corrida de tora, ritual de caçada e pintura da ‘uburã, e encerraram-se com a participação de lideranças Xavante em encontro com os jovens e entrega de certificados (foto). Também foram encaminhadas propostas de trabalhos para 2015 e 2016, a serem desenvolvidas pelos Xavante com a Funai e outros parceiros.

O cacique Damião Paridzané (foto) agradeceu à equipe pela realização dos trabalhos e ressaltou sua importância, especialmente no fortalecimento dos Xavante de Marãiwatsédé para enfrentar questões advindas do contato com não índios, como o uso de drogas e bebidas alcóolicas.



Foto: Joarcenia Setúbal/Funai



Foto: Joarcenia Setúbal/Funai



Foto: Joarcenia Setúbal/Funai



'IX Festa da Damurida' em Roraima reúne 17 comunidades indígenas

SÍTIO JORNAL BRASIL ON LINE, 08.11.2014

"É um alimento sagrado", diz ex-tuxaua Maria Inês sobre a damurida. Danças, artesanatos e competições estão na programação do evento.

Do G1 RR

Danças, músicas, artesanatos, competições e comidas típicas fazem parte da 'IX Festa da Damurida', que celebra o famoso prato típico da cultura indígena Wapichana. A abertura do evento aconteceu nessa quarta-feira (5) na Comunidade Indígena Malacacheta, localizada no município de Cantá, a 34 quilômetros de Boa Vista, e segue até este sábado (8). A entrada é gratuita.

Um dos organizadores do evento, Misaque de Souza, conta que a festa foi criada dentro dos grandes movimentos realizados na comunidade, na qual a damurida ganhou destaque. Segundo ele, a ideia é propor aos indígenas que não esqueçam da própria cultura, além de divulgar a importância da culinária do povo Wapichana.

Desde a primeira edição do evento, Souza diz que aumentou o número de visitantes à Malacacheta e hoje reúne cerca de 17 comunidades participantes. "Cada ano procuramos melhorar cada vez mais para atender os companheiros de outras comunidades. Não apenas as pessoas de Roraima vêm prestigiar o nosso evento, mas também pessoas de outros estados", relatou.

De acordo com a parteira e ex-tuxaua da Comunidade, Maria Inês Rodrigues, a damurida é um prato especial para repor as energias. "Comemos a damurida pela manhã antes de ir para a roça, é um alimento sagrado", comentou. Ela relata que, além de muita pimenta, o prato é acompanhado de farinha, beiju e caxiri, tradicional bebida indígena feita à base de mandioca.

Segundo a professora Josiane Lima, a 'Festa da Damurida', um dos maiores eventos da região serve para valorizar a cultura indígena Wapichana, pois é o momento em que as pessoas podem prestigiar os artigos produzidos por eles. "É um orgulho muito grande, pois as pessoas vêm de outros lugares para conhecer a comunidade e a nossa realidade", destaca.

Ela conta ainda que anualmente chegam a passar cerca de 2,5 mil pessoas pelo evento. "Estamos lutando para revitalização da cultura indígena, pois a gente observa que muitos já se perderam e as poucas estamos resgatando", explicou.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

II Ano da Consciência Negra da Comunidade Quilombola de Sítio Grossos
SÍTIO 100% BOM JESUS RN, 08.11.2014



CONVITE

A Comunidade Quilombola do Sítio Grossos realizará no Sábado 22 de Novembro na Associação o II Ano da Consciência Negra da Comunidade Quilombola de Sítio Grossos.

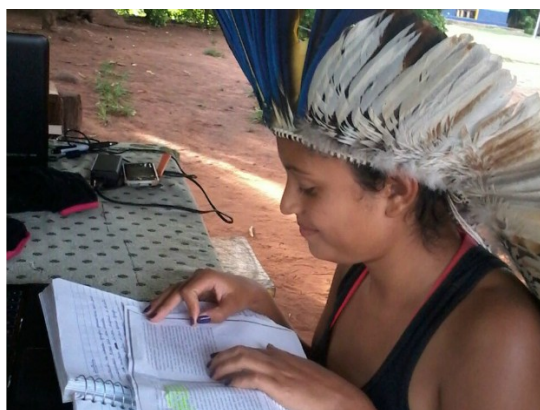
Grande Feijoada
Apresentações Culturais
Bingo
Escolha da Beleza Negra

Quando: 22 de Novembro
Onde: Associação Comunidade Quilombola do Sítio Grossos
Que Horas: Das 09:00h. às 18:00h.

Indígena de MS faz Enem 'pelo futuro da aldeia' e não quer vaga por cotas

SÍTIO TRIBUNA MS, 08.11.2014

Sonho da moradora da Aldeia Buriti é ser professora e dar aulas para o filho. Ela tentará vaga em universidade particular pelo ProUni para pedagogia.



Ansiedade e preparo são duas palavras que definem Mayara Rosa, de 19 anos, indígena da etnia Terena que sonha em contribuir para a educação da aldeia Buriti, onde vive, localizada em Dois Irmãos do Buriti, a 98 km de Campo Grande. A jovem é uma das 162,8 mil pessoas que prestarão o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em Mato Grosso do Sul neste sábado (8) e domingo (9).

Contrária ao sistema de cotas, a estudante usará a nota para tentar uma vaga de em uma universidade particular de Campo Grande pelo

ProUni para o curso de pedagogia de igual para igual com outros candidatos. "Quero fazer como qualquer outra pessoa", afirmou a jovem.

Um dos maiores objetivos de Mayara, segundo ela, é poder dar aula para o filho, que atualmente tem 10 meses. "Eu tenho um bebê, um menininho, e creio que eu vá dar aula para ele um dia. Eu vou estudar muito para poder dar uma vida boa para ele", ressaltou.

O carinho que a indígena tem por crianças é outro motivo para a escolha da profissão. "Eu gosto de trabalhar com crianças. Pretendo fazer o melhor pelo futuro da aldeia. Desde quando comecei a estudar no ensino médio, já me alertavam sobre o que eu deveria fazer e eu sempre falei que queria ensinar".

Essencial em sua vida estudantil, a jovem disse que a família foi o maior incentivo. "Sempre me incentivaram nos estudos e nos sonhos".

Visando o futuro, a jovem sabe que não será uma jornada fácil, principalmente por ter de deixar a família para viajar todos os dias para fazer a faculdade.

"Na aldeia tem um ônibus que carrega os acadêmicos e assim fica mais fácil, eles nos levam para estudar. Levam e trazem todos dias".

A terena garante que está muito ansiosa com relação ao exame. "Essa é minha primeira prova para um vestibular, estudei muito para ficar preparada. Se Deus quiser, vai dar tudo certo".



Terceiro setor realiza Curso de Viveiristas para indígenas de RO

SÍTIO PORTAL SGC, 08.11.2014

As Terras Indígenas vêm sofrendo com o desmatamento, erosão e perda da biodiversidade devido a crescente pressão pelos recursos naturais. A partir disso a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé com apoio do Friends of the Earth Sweden, através do projeto Territórios Sustentáveis irá formar, no prazo de 3 anos, 60 indígenas das etnias Paiter Suruí, Zoró, Karo, Ikolen, Cinta-Larga, além de técnicos da própria organização para implantar o reflorestamento em seus territórios e atuar como multiplicadores do conhecimento adquirido nos cursos.

A primeira atividade consiste na realização do Curso de Viveirista, promovido em parceria com a ONG Ecoporé, por meio do projeto Viveiro Cidadão, patrocinado pela Petrobras através do Programa Petrobras Socioambiental.

Com carga horária de 24 horas, o curso será ministrado pela equipe da ONG Ecoporé, Técnico Florestal, Derlival Batista e o estudante de Engenharia Florestal da Unir, Romas Silva. Será realizado no viveiro de produção de mudas da Ecoporé, localizado em Rolim de Moura/RO e tem como finalidade capacitar agentes locais na produção e cuidados com mudas florestais e agroflorestais.

Planejamento e instalação de viveiros, quebra de dormência e germinação, propagação vegetativa, tipos de mudas, quais as formas eficazes de propagação de espécies florestais, substratos, métodos de irrigação, coleta e preparo de sementes serão alguns dos temas discutidos no encontro. O curso terá ainda atividades práticas sobre construção e cuidados de viveiros, sementes e produção de mudas, identificação e marcação de árvores matrizes e técnicas de coleta de sementes.

“Não será apenas um curso, onde serão repassados conhecimentos técnicos, mas sim a construção coletiva de conhecimentos e técnicas, a partir do diálogo entre os envolvidos, uma vez que os indígenas já trazem consigo um vasto conhecimento tradicional a respeito das plantas” diz o presidente da Ecoporé, Marcelo Ferronato. “A ideia é que seja um curso prático, onde os próprios indígenas produzam as mudas passando por todas as etapas de produção e que estas plantas, cerca de 10 mil mudas, sejam depois plantadas nas aldeias das etnias presentes no curso por eles próprios”, disse Israel Vale, biólogo da Associação Kanindé. (AI)



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Reconhecimento de direitos indígenas diminui desmatamento e narcotráfico na América Central

SÍTIO REVISTA MISSÕES, 08.11.2014

Estudo mapeou experiências de sucesso na região; 'queremos que governos contem conosco quando tratam de estratégias de segurança', diz líder indígena.

"Estamos defendendo nossas florestas até com as unhas." Cândido Mezúa, líder do Congresso Geral dos Povos Emberá Wounaan, do Panamá, é contundente. Sabe que pela América Central passa 80% da cocaína que chega aos EUA (segundo dados do Departamento de Estado norte-americano). Sabe que o crime organizado utiliza para isso as zonas mais isoladas e florestadas de cada país - no caso do Panamá, muitas delas fronteiriças com a Colômbia.

Sabe que seu povo tem necessidades e que há jovens que transportam pela montanha sacos de suposto 'arroz' por 200 dólares cada, uma fortuna incompatível com o valor do alimento. O líder indígena sabe que muitas vezes quando as comunidades denunciam a presença de suspeitos armados, as autoridades as tacham de colaboradoras, ou sitiavam seus povoados, ou as utilizam como "escudos", em lugar de protegê-las. Mas também sabe como evitar tudo isso.

"Os povos indígenas são vulneráveis ao narcotráfico quando não têm senso comunitário. Porém, nos lugares onde são reconhecidos os nossos direitos para determinar o destino de nossas florestas; quando nos deixam protegê-las e também explorá-las e nos beneficiarmos delas de forma sustentável para dar oportunidades aos jovens; quando se fomenta a educação em agronomia, é mais difícil que o crime organizado entre, e há menos desmatamento. Por isso queremos que os governos contem conosco quando tratam de estratégias de segurança."

Mezúa foi um dos participantes do encontro da Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas, encontro realizado em março deste ano na Costa Rica, no qual houve troca de experiências e foram apresentados vários estudos de especialistas que têm o apoio de prestigiadas universidades e do Banco Mundial. Os pesquisadores corroboraram não só as palavras do dirigente indígena, mas os danos que o narcotráfico está causando às florestas centro-americanas e, portanto, ao planeta.

Segundo dados compilados pela geógrafa e pesquisadora da Universidade de Ohio (EUA) KIendra McSweeney, na reserva da Laguna do Tigre, na Guatemala, em plena selva do Petén (fronteira com o México), o desmatamento chegou a 10%. No entanto, nas áreas onde se estabeleceu um sistema de concessões para o manejo florestal comunitário a incidência tem sido muito menor.

Em Honduras a destruição das florestas quadruplicou de 2007 a 2011, justo quando começou a aumentar bruscamente a presença do crime organizado, seguindo a tendência dos cartéis

CONT.



mexicanos de se expandirem para o sul, quando se elevou a pressão militar no México contra eles. "Os traficantes entraram em cena quando os povos indígenas já estavam imersos em conflitos para defender suas florestas de projetos em grande escala de mineração, turísticos ou de energia, o que fez com que as selvas centro-americanas se transformassem nos últimos anos em uma espécie de 'velho oeste' onde o medo se impôs", acrescenta a pesquisadora.

Segundo McSweeney, a forma de agir dos narcotraficantes é semelhante em toda a região, seja no Petén (Guatemala), na reserva do rio Plátano (Honduras), na Mosquitia (Honduras e Nicarágua), na costa atlântica da Costa Rica ou na fronteira panamenha com a Colômbia. "Chegam a uma comunidade e oferecem muito dinheiro a uma única família. Quando uma cede e conseguem suas terras, toda a comunidade perece."

Os traficantes também comprem diretamente zonas florestais, diz McSweeney. O resultado são derrubadas indiscriminadas de mata para fazer pistas de aterrissagem para o traslado da droga e a lavagem de dinheiro por meio de atividades agrícolas que não deveriam ocorrer em uma reserva natural protegida.

As florestas da América Central são estratégicas para o narcotráfico por serem passagem obrigatória da cocaína sul-americana com destino aos EUA. A partir dessas áreas, que em geral conta com pouca presença do Estado, a droga segue viagem para o norte, por terra, mar ou ar. Por isso ali proliferaram as pistas de pouso usadas pelo tráfico, em clareiras de 1,5 a 2,5 quilômetros abertas com tratores em plena floresta, onde aterrissam os pequenos aviões com mais pontualidade do que os das companhias aéreas da região, como ironizam os moradores locais.

Somente em Honduras há cerca de 200 destas pistas, segundo o vice-ministro hondurenho da Defesa, Carlos Roberto Funes. E somente nos primeiros cinco meses de 2014 foram destruídas 75 delas. Mas este esforço, que conta com o apoio dos EUA e que se concentra em interceptar e localizar os pequenos aviões e destruir as pistas, não tem sido eficaz.

Para evitar esta situação, em lugar de uma "política repressiva" e de militarização que "não resolve o problema", garante McSweeney, especialistas apostam na oferta de estímulos às comunidades para que defendam suas florestas, ou seja, não só permitir, mas incentivar que se organizem comunitariamente, que administrem seus recursos florestais e se beneficiem deles e assim tenham mais motivos - para além de suas crenças e tradições - para preservá-los do narcotráfico ou de qualquer outra pressão externa.

Segundo um estudo realizado durante cinco anos pelo Prisma (Programa Salvadorenho de Pesquisa sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente), há experiências de sucesso em toda a América Central que demonstram que dar direitos aos povos indígenas levou claramente a um menor desmatamento e a uma menor infiltração do crime organizado em suas florestas.

Fonte: Opera Mundi



Criação de instituto de saúde indígena causa polêmica em audiência

SÍTIO DOURADOS AGORA, 08.11.2014

A proposta do governo de criar o Instituto Nacional de Saúde Indígena é vista com desconfiança por algumas comunidades indígenas.

O assunto foi discutido na quinta-feira (6) em audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, onde causou polêmica.

Segundo o secretário especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antônio Alves de Souza, o governo deve enviar em breve ao Congresso o projeto de lei para a criação do instituto.

O órgão ficaria submetido ao ministério, mas seria regido pelo direito privado, com previsão orçamentária próxima de R\$ 1 bilhão.

A intenção do governo é de que a Secretaria de Saúde Indígena cumpra apenas a função de supervisão e que o instituto seja o braço operacional dos serviços.

Discussão nos conselhos

Os povos indígenas não são unânimes em relação à ideia de criar o instituto, mas, segundo Antônio Alves de Souza, dos 34 conselhos distritais de saúde indígena espalhados pelo País, a maioria aprovou a criação do instituto.

"Cada distrito nosso levou esse debate para as aldeias, nos conselhos locais, nos conselhos distritais, e tivemos a aprovação dos 29 dos 34", disse Souza.

"Teve comunidade, como os yanomami, em que a maioria não fala português, que não aprovou no primeiro momento. Eles foram para a base, discutiram em suas aldeias e depois aprovaram a proposta."

Posição contrária

O coordenador-geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Antonio Marcos Apurinã, afirmou que a entidade que representa é contra a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil também tem posição contrária.

Apurinã disse que os representantes indígenas nos conselhos distritais não levaram a proposta do instituto para as aldeias.

"Então, se não foi consultado, obviamente não está deliberado. Há povos indígenas que não sabem o que é esse instituto, o que ele vai trazer de benéfico às comunidades", criticou.

CONT.



As lideranças kaingang e guarani do Rio Grande do Sul divulgaram nota em que condenam a criação do instituto.

Posição favorável

Já o coordenador da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul, Rildo Mendes, é a favor do instituto, mesma posição que tem o coordenador-executivo do fórum de presidentes de conselhos distritais de saúde indígena do Brasil, Gabriel Tapeba, do Ceará.

"Minha opinião é muito boa em relação ao instituto. Torcemos para que seja criado realmente e dê uma cara nova e o melhor atendimento à população indígena.

Apostamos muito, a população indígena está bastante confiante, esperamos que o instituto venha suprir toda a demanda da saúde indígena do nosso País", disse Gabriel Tapeba.

O deputado Geraldo Resende (PMDB-MS), que solicitou o debate na comissão, afirmou que a saúde indígena precisa ser mais discutida, principalmente porque as informações sobre doenças e mortalidade entre eles são precárias.

A criação do instituto foi questionada pelo Ministério Público Federal, que argumenta que o órgão representaria uma violação à Constituição porque transferiria a execução da saúde indígena do Sistema Único de Saúde (SUS) para a iniciativa privada, a quem caberia apenas serviços complementares.

No entanto, para o secretário especial de Saúde Indígena, Antônio Alves de Souza, o instituto representa essa ação complementar prevista na Constituição.

Principais doenças

Os índios sofrem com doenças como a hepatite, que atinge mais o Vale do Javari, no oeste do Amazonas, além da malária.

Já casos de oncocercose atingem bastante os índios de Rondônia. Além disso, os indígenas sofrem de doenças infecciosas, parasitárias, do aparelho circulatório, leishmaniose, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), hipertensão e diabetes.

O Brasil tem mais de 800 mil índios, distribuídos em 688 terras de 26 estados. Atualmente, os indígenas representam quase metade dos profissionais que trabalham em saúde indígena.

Desde 2010, o número de trabalhadores em saúde indígena mais do que dobrou. Em 2010, eram 8.211. Hoje são 19.170. (Agência Câmara Notícias)

Após quase 20 anos, grupo de índios isolados faz contato com tribo no AM

SÍTIO PORTAL BENÍCIO, 08.11.2014



Imagem recente da Base Ituí-Itaquai, onde os korubos estão atualmente (Foto: Divulgação/Funai)

Um casal e quatro crianças do povo indígena isolado Korubo fez contato com uma tribo Kanamari no Rio Itaquai, na Terra Indígena (T.I.) Vale do Javari, no município de Atalaia do Norte, no Amazonas, no dia 9 deste mês. Atualmente, o grupo está em uma base de proteção da região. Na sexta-feira (19), a assessoria da Fundação Nacional do Índio (Funai) informou que, há quase 20 anos, os Korubos não estabeleciam contato. Segundo a instituição, a região que o grupo habita é formada por uma grande quantidade de povos isolados.

Após o contato, os índios Kanamari levaram o grupo para a aldeia Massapê e informaram a Funai. No dia 10, a Fundação deslocou ao local um helicóptero com intérpretes indígenas. Segundo a instituição, no mesmo dia, os indígenas receberam atendimento médico preventivo na aldeia.

Equipes da Funai e Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) deram início a procedimentos que buscam a proteção epidemiológica do grupo. "No momento, a Funai busca entender as necessidades dos indígenas, respeitando sua autonomia. Há um esforço também em compreender os motivos que os levaram a estabelecer contato. Portanto, a Funai dará apoio à decisão que eles tomarem quanto ao próximo destino", diz a Fundação, em nota enviada à redação.

Atualmente, o grupo está na Base de Proteção Etnoambiental Ituí-Itaquai, que fica dentro da Terra Indígena Vale do Javari. Servidores da Funai mantêm diálogo com os indígenas. O objetivo é assegurar a garantia, autonomia e autodeterminação do grupo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Povo Korubo

De acordo com a Funai, um outro grupo do povo Korubo, composto por 16 pessoas, foi contatado em 1996 pela Fundação. Na época, a instituição concluiu que havia necessidade de estabelecer contato, "após sucessivos conflitos com o entorno não-indígena, que acarretaram várias mortes entre os Korubo".

A Funai informou ainda que hoje, a população contatada de 33 pessoas vive no Rio Ituí, Terra Indígena Vale do Javari. A Fundação afirmou ainda que monitora outros grupos de Korubos que permanecem isolados.

A instituição destacou ainda que, além de atender o grupo que manteve contato em 1996, atua na localização e monitoramento de povos indígenas isolados e na proteção territorial na T.I. Vale do Javari.

Segundo a Funai, o Vale do Javari abriga a maior quantidade conhecida de povos indígenas isolados do mundo. Até o momento, a instituição tem conhecimento de, pelo menos, nove grupos isolados confirmados na região. "Dois deles são Korubo. O grupo que fez contato pertence a um deles", afirmou a Fundação.

Brasil sediará primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas

SÍTIO FUNDAÇÃO FEAC, 08.11.2014



Além dos indígenas das Américas, também estarão presentes os povos da Austrália, Japão, Noruega, Rússia, China e Filipinas

O Brasil será palco do I Jogos Mundiais Indígenas (JMI), que acontece em setembro de 2015 em Palmas (TO), com a presença de mais de dois mil atletas de 30 países.

De acordo com o prefeito de Palmas, Carlos Amastha, a decisão de realizar os I Jogos Mundiais Indígenas no município aconteceu em reunião do Comitê Intertribal realizada na Organização das Nações Unidas (ONU), que referendou a escolha.

“A realização dos Jogos Mundiais Indígenas no Brasil é mais uma oportunidade de mostrar ao mundo a diversidade do Brasil, além de valorizar a riqueza cultural dos povos indígenas e promover outros segmentos do Turismo como o Ecoturismo e o Turismo de Aventura”, avalia o presidente da Embratur, Vicente Neto.

A Embratur começará a promoção dos Jogos Mundiais Indígenas na WTM, que acontece nesta semana em Londres e reúne cerca de 50 mil visitantes. Além disso, o Instituto incorporará o evento nas demais feiras e ações que realizará até o início dos JMI, em setembro de 2015.

“O apoio da Embratur é fundamental para o sucesso dos Jogos. Todo o estado de Tocantins tem um enorme potencial turístico que precisamos promover, além dos já conhecidos Jalapão e o artesanato com capim dourado. Temos cidades históricas e inúmeros locais para o turismo de aventura”, destacou Amastha.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Com o conceito Somos Todos Indígenas, a capital do Tocantins está se preparando para receber atletas de dezenas de etnias de todo o mundo. Foi criada a Secretaria Extraordinária dos Jogos Mundiais Indígenas, responsável por toda a organização do evento.

O titular do cargo, Hector Franco, afirma que a conclusão dos projetos e o desenvolvimento das construções das estruturas para receber os Jogos ocorrerão dentro do período estabelecido.

Além dos indígenas das Américas, também estarão presentes os povos da Austrália, Japão, Noruega, Rússia, China e Filipinas. Do Brasil, cerca de 22 etnias devem participar da competição. Apenas no Tocantins existem sete etnias com uma população aproximada de 10 mil pessoas.

Tiro com arco e flecha, arremesso de lança, cabo de força, corrida de velocidade rústica (100m), canoagem rústica tradicional, corrida de tora, lutas corporais, futebol de campo, xikunahati (futebol de cabeça), natação e atletismo estão entre as modalidades que serão disputadas em Palmas.

Jogos indígenas

O Jogos dos Povos Indígenas surgiu no Brasil em 1996 em Goiânia, realizado pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, com apoio do governo federal. Desde então, houve 13 edições nacionais.

Fonte: Instituto Brasileiro de Turismo



Por que o silêncio em relação aos incêndios em Marãiwatsédé

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 09.11.2014

Entre dos dias 21 e 24 de outubro a Funai realizou o 1º Encontro de Valorização da Cultura A'Uwẽ na Terra Indígena Marãiwatsédé, demarcada pela Funai sobre a área da antiga fazenda Suiá-Missu, no Mato Grosso. A'Uwẽ é como os xavantes querem ser chamados agora. Cinco dias antes do início do encontro cujo objetivo era valorizar a cultura dos índios, a área da reserva ainda ardia em chamas.

Imagem do Satélite LandSat-7 capturadas no dia 17 de outubro de 2014 mostra que 80% dos 165 mil hectares demarcados pela Funai estavam sendo calcinados até aquele momento, cerca de 130 mil hectares da Terra Indígena Marãiwatsédé viraram cinzas. Nada mais natural. O fogo é parte da cultura A'Uwẽ. O que não é natural é o silêncio da Funai, dos indigenistas e da imprensa sobre o fato.

No ano passado, o primeiro em que área ficou sob responsabilidade da Funai e dos índios, mais de 100 mil hectares foram calcinados. Mostramos aqui no #QI. Este anos, os incêndios foram mais violentos e numerosos. O sistema de monitoramento de queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registou 2.774 focos de queimada na área, em 2013 foram 2.589 no mesmo período. Também mostramos aqui no #QI.

[Veja aqui: De Olho na Suiá-Missu](#)

Qual a razão do silêncio das autoridades sobre assunto? A área está sendo constantemente monitorada pela Força Nacional de Segurança desde a expulsão dos agricultores. Será que haveria silêncio se os incêndios não estivessem sendo feitos pelos próprios índios?

Um dia saberemos as respostas para todas essas perguntas.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

UFSCar divulga resultado de pedidos de inscrições do vestibular indígena

SÍTIO GLOBO.COM, 09.11.2014

*Foram deferidos os pedidos de inscrição de 237 candidatos nos 4 campi.
Universidade oferece 61 vagas, sendo uma para cada curso de graduação.*

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) divulgou o resultado da homologação dos pedidos de inscrição dos candidatos do vestibular indígena nos cursos de graduação presenciais em 2015. Foram deferidos 237 pedidos de inscrição dos 260 pedidos. São candidatos pertencentes a 51 etnias indígenas de 14 estados. Veja aqui a lista.

A universidade oferece 61 vagas, sendo uma para cada graduação da universidade. Os candidatos optaram por cursos distribuídos no campus de São Carlos (38), Araras (6), Sorocaba (14) e Lagoa do Sino 3). A convocação para as provas será divulgada no dia 5 de dezembro no portal da UFSCar e também site da Fundação Vunesp. As provas serão realizadas na cidade de São Carlos, no campus da UFSCar, nos dias 19 e 20 de Dezembro. Os candidatos inscritos devem consultar os procedimentos de seleção no Manual do Candidato. Outras informações podem ser obtidas na Coordenadoria de Ingresso na Graduação pelo telefone (16) 3351-8152.

Os candidatos são dos estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Rondônia, Roraima e São Paulo.

Os que tiveram o pedido de inscrição indeferido poderão apresentar recurso por escrito devidamente justificado. O recurso deverá ser apresentado pessoalmente, ou procurador, na Pró-Reitoria de Graduação da UFSCar, no campus de São Carlos, até o dia 14 de novembro. No recurso, não será admitida a inclusão de nenhum documento além daqueles já apresentados por ocasião do pedido de inscrição.

A quantidade de inscrições recebidas neste ano é recorde, com aumento de mais de 10% em relação ao processo seletivo do ano passado. A oferta de uma vaga adicional em cada opção de curso de graduação presencial é parte do Programa de Ações Afirmativas, aprovado pelo Conselho Universitário da UFSCar, em 2007.



Após um século de descaminhos, povo Kinikinau realiza sua primeira assembleia fortalecendo a identidade na luta pelo bem viver

SÍTIO CIMI, 09.11.2014

Pouco a pouco as pessoas foram chegando e tomando seus lugares debaixo de um puxado de palha, entendido a partir do espaço de um centro comunitário, localizado na Aldeia Terena de Cabeceira em Nioaque (MS). Acima da mesa, em palavras fortes e precisas, podia-se ler: "Povo Kinikinau fortalecendo a identidade na luta pelo bem viver". Após mais de um século de descaminhos, aconteceu a 1ª Assembleia do Povo Kinikinau, entre os dias 6 a 9 de novembro.



Na medida em que as primeiras palavras foram sendo ditas, a memória pediu licença para adentrar a reunião e a história sentiu nas linhas do tempo que seu curso definitivamente está para ser mudado. No semblante seguro dos mais velhos, no sorriso afirmado dos jovens e crianças, na força dos homens e mulheres e nos ditos gerais, entoados cada vez mais firmes "Eu sou Kinikinau", pouco a pouco este povo vai dando os primeiros passos na reconstrução seu próprio destino, reafirmando sua identidade e retomando o curso da vivência plena de seu modo de ser. Tesouros que a duras penas lhes foram retirados no passado.

Sem território próprio, vindos das aldeias de São João (Reserva Indígena Kadiwéu) e das Aldeias Terena de Mãe Terra, Limão Verde, Cachoeirinha, Cabeceira, Lalima, entre outras, os Kinikinau durante a assembleia foram se reagrupando em torno da ideia de diversos grupos familiares, hoje divididos, que constituem um único povo comum. Para além do povo Kinikinau, de seus estudiosos e sabedores (tradicionais e acadêmicos), se fizeram presentes também representantes do povo Terena, Guarani e Kaiowá, Atikum e estudiosos não indígenas que são referência na história e cultura Kinikinau como Aila Villela Bolzan, Giovane José da Silva e Iara Quelho de Castro.

Palavras que irrompem, caminhos que se encontram

Políticas governamentais de redução territorial e uma onda sistemática de perseguições de fazendeiros, posseiros e invasores significaram para os Kinikinau, no Mato Grosso do Sul, o peso inimaginável de mais de cinco séculos de dispersões forçadas, o retalhamento de seu povo e o desmembramento total de seus territórios.

CONT.

Quando em 1940, após muito traslado, um pequeno grupo fixou-se na aldeia de São João em terras pertencentes ao povo Kadiwéu, local que vivem até hoje, muitos estragos já haviam sido infligidos a outros grupos Kinikinau. Estes, sistematicamente expulsos de suas terras tradicionais, acabaram por ter de viver de uma espécie de “empréstimos territoriais”, sendo acolhidos em meio a terras e grupos Indígenas Terena. Assim, os Kinikinau foram transformados em um povo “forasteiro”.

Até hoje, os indígenas Kinikinau, por terem sido vítimas das pressões dos fazendeiros e políticas de esbulho, sofrem violência física e psicológica constantes em alguns dos territórios que ocupam. Sendo chamados até de povo que “vive de favor” entre outros povos indígenas, os Kinikinau jamais conseguiu se enraizar de maneira plena, sendo por vezes seus membros menosprezados por alguns ocupantes tradicionais destas terras. A própria natureza das negociações entre órgãos governamentais, em especial o SPI, e grupos dos povos indígenas que acabaram por “acolher” o povo Kinikinau, acabou por reservar historicamente para os últimos o caráter de “prestadores de serviço” de seus anfitriões.



Com as vidas fragmentadas passaram a ter negado também seu reconhecimento étnico pelos próprios órgãos indigenistas oficiais, Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e depois pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Como se não bastassem as perseguições e migrações físicas, os Kinikinau tiveram de enfrentar o peso da invisibilidade, alicerçado pelas mãos de estudiosos que passaram a tecer teorias do desaparecimento ou simplesmente pelo esquecimento seletivo da memória, deixando de constar referências desta etnia nos documentos oficiais.

Perseguidos tiveram de trocar, sobretudo arbitrariamente, seus sobrenomes retirando de seus documentos e registros, as referências que os identificavam como pertencentes à etnia Kinikinau. Assumiu este povo, de maneira forçada, identidades alheias e impróprios destinos. Considerados subgrupo Terena por muitos anos passaram a viver nas sombras de outros povos em aparente silêncio, mas nunca esqueceram de quem são e nem de sentir o que é ser Kinikinau. Silêncio este aparente apenas para quem os via de fora. Dentro de cada um e cada uma, em cada peito, permaneceram cultivando todos os dias sua tradição e sabedoria e as repassaram dia após dia para seus filhos. Os anciões sabiam que cedo ou tarde chegaria o dia do novo despertar e por esforço próprio este povo construiu esta assembleia que significa os primeiros passos contra os malefícios de mais de um século de opressões e dispersões.

Flaviana Roberto Fernandes, mulher e ceramista Kinikinau, que pelo peso das dificuldades teve de deixar a antiga Aldeia São João, relata o que significa estar longe de seu território e povo: “A gente se sente sozinha porque a gente teve a vida interrompida, deixamos familiares e tivemos que sair da associação (de ceramistas) que tínhamos lá. Sofremos ameaças e o medo

CONT.



que a gente sente faz a gente trocar de lugar, viver de lugar para outro. A gente precisa de nossa terra, não sabe como juntar nosso povo de novo e mesmo que junte não poderá ser fora de nosso lugar. Precisamos nos juntar em território nosso, na nossa terra tradicional. Nós não queremos deixar do nosso costume, temos língua diferente, trajes, nosso jeito mesmo, isso só teremos em nossa terra”.

Genoveva Roberto Flores, também ceramista e mulher Kinikinau, complementa: “Fora de nossa terra nossos costumes são afetados de todos os jeitos. Desde crianças, de muito novinhos, com cinco ou seis anos, eles começam a trabalhar e aprender a ser kininkinau, a se colocar no mundo Kinikinau e participar dos dias de nosso povo. Não temos mais como fazer isso e isso nos traz dor. Fora da terra não tem como viver nossa cultura, nossos filhos não estão aprendendo a ser Kinikinau”.

Esta primeira assembleia pode ser considerada como um despertar coletiva dos Kinikinau por ser fruto proveniente de dor compartilhada e sentida nas mais diversas aldeias em que vivem os filhos deste povo. Preocupados com a continuidade de sua trajetória e com as futuras gerações, cansaram de viver alheios aos seus territórios e sem a possibilidade de dividir com os seus pares os hábitos e costumes que os caracterizam como grupo. Nicolau Flores, Kinikinau que vive na terra Kadiwéu, especificamente na Aldeia São João, traduz este sentimento em palavras. “É muito duro crescer assumindo ser outro uma vez que todo povo é diferente e cada um precisa de seu espaço. Nós temos ainda onde morar e o que comer, sabemos quem somos, mas e nossos filhos, o que será deles? Como será nosso futuro se não tivermos nossa terra e nossa cultura? Será que teremos que escutar nossos filhos perguntando a nós, que somos seus pais e o que deixamos para eles enquanto sabíamos que vivíamos em terras alheias?”



Para Inácio Roberto, professor Kinikinau. “A 1ª Assembleia do Povo Kinikinau significa o fortalecimento deste povo que nunca deixou de existir, mas que agora reassume a sua grandeza histórica”.

O fato de tão importante assembleia ser realizada na Terra Indígena Terena de Nioaque denuncia por si só os problemas da falta de ocupação de espaço próprio pelos Kinikinau.

Hoje suas terras tradicionais encontram-se na mão de fazendeiros. Porém o fato também revela a solidariedade do povo Terena junto à luta dos Kinikinau que, assim como representantes do conselho Aty Guasu do povo Guarani e Kaiowá, se fizeram presentes no encontro e assumiram compromisso conjunto de buscar junto a este povo a superação destas mazelas históricas que há muito lhes aflige. Genilson Roberto Flores Kinikinau em seu pronunciamento emocionado fez referência ao fato. “Eu sou Kinikinau, vocês são Kinikinau, nós sabemos, sempre soubemos. Antes estávamos sozinhos.

Era difícil dizer isso e por isso vivemos calados, mas agora com nossa união e nossos parentes não temos mais medo, não calaremos mais”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Na assembleia falas fortes como a proferida por Albino Kinikinau trouxeram à tona o tamanho da dor de todo um povo: "É duro ver o povo massacrado, ver o povo ser queimado vivo, tentar se levantar e ser expulso a bala. Mas até hoje o povo resiste e chegou a hora de resistir novamente. Se for para lutar lutaremos, todos juntos, todos os Kinikinau que são muitos e sabemos onde estão. Juntos buscaremos nossos direitos".

Os Kinikinau nunca adormecidos, simplesmente decidiram andar os caminhos reversos daqueles que os separaram. Percorrendo vias simbólicas se reagruparam para se reafirmar e dividir os frutos de uma cultura salvaguardada junto a cada família por gerações. "Em um só homem ou mulher que desperta e caminha, é toda uma família que se levanta", diz Nicolau. Nas palavras de Nicolau a essência da caminhada: "Vivemos como se calados em outras aldeias, quem nos olha não sabe o que guardamos, o que somos, acha que somos apenas como os outros. Mas cada árvore dá seu fruto, com seu cheiro e seu sabor próprio, precisamos buscar nossos galhos, nossa própria árvore." Que a partir desta histórica assembleia, novamente exale para fora do exílio e seja sentido por todos os gostos e cheiros do povo e cultura kinikinau. UNATI APEYEÁ KOINUKUNOEM! (Viva o povo Kinikinau!).



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Sonhando ser engenheiro, indígena de RO viaja 8h de barco para fazer Enem SÍTIO GLOBO.COM, 09.11.2014

*'Maior sonho da minha vida é ser engenheiro florestal', diz Jeremias Oro Nao.
Ele saiu da aldeia e viajou pelo rio Pacaás Novos até Guajará-Mirim*



Jeremias Oro Nao viajou oito horas de barco para realizar a prova (Foto: Dayanne Saldanha/G1)

O percurso é longo e cansativo, mas as dificuldades são superadas pelo sonho de se tornar um engenheiro florestal. O indígena Jeremias Oro Nao, de 26 anos, viajou por oito horas de barco pelo rio Pacaás Novos do povoado até Guajará-Mirim (RO), município distante cerca de 330 quilômetros de Porto Velho. Ele saiu da aldeia Santo André na quinta-feira (6) para conseguir chegar descansado e realizar a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Jeremias diz que vem estudando há muito tempo para realizar a prova e espera que as dificuldades enfrentadas não sejam em vão.

"O maior sonho da minha vida é ser engenheiro florestal. Me esforcei muito para vir fazer esta prova. Espero que eu tire uma nota boa", afirma o indígena.

Hospedado em um posto da Fundação Nacional do Índio (Funai), nos dois dias de prova o indígena chegou cedo na Escola Estadual Irmã Maria Celeste para evitar perder a hora. Neste domingo (9), Jeremias aguardava inquieto pela entrada na escola, ansioso para saber o tema da redação.

Em Rondônia, 105.294 pessoas estão cadastradas para fazer a prova, o que representa 1,21% dos cerca de 8,7 milhões inscritos em todo o país. Em relação a 2013, o número de inscritos no estado cresceu 26,69%.

Neste domingo (9), o candidatos realizam avaliações de linguagens e códigos (45 questões), matemática (45 questões) e redação. ciências humanas (45 questões) e ciências da natureza (45 questões). No sábado (8), as provas foram de ciências humanas (45 questões) e ciências da natureza (45 questões).



Índios: onde eles foram parar?

SÍTIO CGN, 09.11.2014

Prefeitura ainda quer construir Casa do Índio e há previsão orçamentária para 2015..

Na última semana, quando a Secretária de Ação Social, Susana Medeiros Dal Molin, esteve na Câmara de Vereadores para retratar a realidade da Ação Social no Município explicitar uma a uma as políticas sociais desenvolvidas pelo município, passou sobre o problema do índio sem ser questionada.

No ano passado, o assunto do momento era a "invasão" da cidade por índios. Com seus artesanatos, arcos, flechas e cestos, tomavam as ruas, os semáforos, para vender e fizeram da rodoviária e imediações dormitórios. Eram contadas as dezenas. Homens, mulheres e crianças. Situações degradantes, choque de culturas, o vício do álcool e a prostituição como ameaças muito presentes.

Na pauta da Câmara e das políticas públicas, a discussão era a construção da Casa de Passagem do Índio, com recursos garantidos, mais de R\$ 500 mil de investimentos, com capacidade para abrigar em condições mais humanas, pelo menos 40 pessoas. Houve audiência pública, recomendação do Ministério Público e apoio de partidos, como o PCdoB do indigenista Paulo Porto. Mas também houve protestos, moradores desesperados com abaixo assinado da região sul da cidade, rejeitavam a construção da Casa de Passagem por lá. Empresários e entidades organizadas como a Acic (Associação Comercial e Industrial), chegaram a se postar frontalmente contra, alegando que índio é problema da Funai e não da municipalidade e que estes deveriam ser protegidos em suas aldeias e não incentivados a ficarem na cidade.

Apesar da polêmica e da relevância do tema, foi um dos poucos assuntos que nem vereadores, nem a secretária decidiram abordar, questionados pela Gazeta do Paraná, sobre o visível sumiço dos índios da cidade. Durante este ano poucos deles apareceram para vender seus artesanatos e em número muito reduzido, admitiu que é preciso rever o projeto e quem sabe, construir uma casa de passagem mais modesta.

Conselho

No ano passado, a Casa de Passagem do Índio foi tema para uma audiência pública, que pretendeu debater a necessidade ou não da construção de uma Casa de Passagem, mas não se chegou à conclusão nenhuma. O que ficou definido foi a constituição de um conselho, integrado pelos vereadores Paulo Porto e Vanderlei Augusto da Silva para aprofundar a discussão e encontrar um meio termo entre os defensores de políticas para inclusão do índio no

CONT.



meio social urbano e os que querem ver os índios bem distante da cidade, quando muito de passagem, como sempre foi, para vende de seus artesanatos. No entanto, o conselho formado para discutir solução, até hoje fez duas reuniões e não resolveu nada.

Debate

O vereador Paulo Porto (PCdoB), que integra o conselho formado para discutir soluções para o problema do índio e a construção da casa de passagem, rejeitada por entidades da sociedade local, disse que é preciso retomar a discussão.

“Continuamos defendendo a criação de políticas públicas inclusivas, especialmente para a questão indígena. Esta questão de vir mais ou menos índios não é relevante. O importante é reconhecer a necessidade de construir uma política. Independente de o número ser grande ou pequeno. Acho que é preciso estabelecer uma média generosa para abrigá-los”, defendeu.

Para o vereador Vanderlei Augusto da Silva (PSC), a construção da Casa de Passagem do Índio está prevista no orçamento de 2015.

“Talvez seja momento de rediscutir e construir um espaço mais modesto, talvez para 15 ou 20 índios e não mais para 40. É certo que há resistências, mas é uma necessidade”, defendeu o vereador.

Independente desta posição, no ano passado setores da sociedade organizada e moradores da Região Sul já haviam se posicionado contra a construção de um abrigo. Para muitos deles, os índios devem vir vender seus produtos, mas devem voltar para suas aldeias no fim do dia, para que estes abrigos não se transformem em moradias fixas.

Projeto poderá ser revisto

A Secretaria de Assistência Social também percebeu a redução do fluxo de indígenas.

“Realmente houve uma diminuição no número de indígenas. Acho que deveríamos voltar a avaliar o problema. No ano passado havia uma necessidade e urgência maior. Hoje não temos mais este número grande de índios. Mas a Casa do Índio é uma necessidade, recomendada até pelo Ministério Público. Mas pode ser que o projeto original para abrigar 40 índios possa ser redimensionando”, disse a secretária Susana Medeiros Dal Molin.

Antropólogo leva índia de 92 anos para casa para ajudá-la a enxergar

SÍTIO GLOBO.COM, 09.11.2014

*Ele saiu do interior de MG pra fazer pesquisa no PA quando se conheceram.
Com catarata, o sonho de Domingas é reconhecer as pessoas e o mundo.*



Domingas submetida a exame de olhos em hospital de Iguatama
(Foto: Rafael Fernandes/Arquivo pessoal)

A sensibilidade de um antropólogo mineiro pode ajudar uma índia de 92 anos do Pará voltar a enxergar. Foi durante uma pesquisa para o doutorado que Rafael Fernandes Mendes Júnior, de 38 anos, conheceu Domingas Iracema Garcia. E após uma cirurgia em Iguatama, na região Centro-Oeste de Minas, ela poderá, em breve, reconhecer familiares e amigos e compreender o mundo ao redor.

Indígena da etnia Guarani, Iracema vive em uma aldeia a 60 quilômetros de Jacundá, no Pará. E foi

em 2013 que ela conheceu Rafael Fernandes, quando o antropólogo foi fazer uma pesquisa de campo na aldeia e ficou sabendo da situação de Domingas, que na ocasião vivia perto de Nova Nazaré, no Mato Grosso. "Descobri que ela estava cega dos dois olhos por causa de uma catarata e precisava fazer uma cirurgia para voltar a enxergar", contou Rafael.

Ao voltar para casa, na cidade mineira de Bambuí, o antropólogo esteve na casa dos pais e contou a história da índia para a mãe, Terezinha Almeida Pereira Fernandes, de 67 anos. Comovida com a situação, foi ela quem sugeriu ao filho que marcasse uma cirurgia para Iracema no Centro Ofatalmológico de Iguatama e ainda se ofereceu para acolhê-la em casa. "Como os indígenas confiam em mim e sou bastante grato a eles pela acolhida que me ofereceram na aldeia, me dispus a ajudar. Domingas não fala português. Portanto, o fato de eu dominar a língua guarani ajudou bastante. E ela disse a parentes que aceitava o desafio de viajar de avião, o que nunca havia feito, para voltar a enxergar", lembrou Fernandes.

Foi então que, de malas prontas, a índia de 92 anos viajou 2.158 quilômetros para fazer a cirurgia em Iguatama. O transporte foi feito pela Fundação Nacional do Índio (Funai) da aldeia até Jacundá (PA), posteriormente ela seguiu de avião até o Rio de Janeiro, onde se encontrou com o antropólogo, e em seguida foram de carro até a cidade mineira de Bambuí, onde moram os pais de Rafael.

CONT.

Operação

A tão esperada cirurgia ocorreu no dia 3 de novembro, pelas mãos da médica Maria Margarida Ribeiro. "Foi feito um procedimento no olho esquerdo da paciente. Já o olho direito precisa de uma cirurgia na retina. É um tratamento mais complexo. A primeira cirurgia foi um sucesso, mas consideramos que Domingas tem olhos já cansados, que ao longo da vida já processaram muitas informações e, por isso, têm uma recuperação cirúrgica um pouco mais lenta do que o normal", explicou a oftalmologista.

A visão da paciente ainda não voltou totalmente. Mas ela já consegue diferenciar ambientes claros de escuros. Sob os cuidados da família de Rafael em Bambuí, ela não expressa muita alegria com o resultado. Esperava mais, mas compreende que a visão deve melhorar com o passar do tempo. "Ela está esperando muito por isso. Tem muita expectativa. Todos os dias fazemos contatos com a família, para mantê-los informados", contou Rafael.

Uma nova consulta está marcada para a próxima quarta-feira (12), em Iguatama. Até lá, Rafael continuará ao lado da amiga. Quer dar a ela todo o conforto que merece. "Não quero me vangloriar por isso. Apenas faço de coração. Penso que seja o mínimo que eu possa fazer por alguém que pertence a um grupo muito especial, com o qual convivi e aprendi muito", concluiu.



Domingas (ao centro) com Terezinha e Rafael em Bambuí: expectativa de voltar a enxergar
(Foto: Rafael Fernandes/Arquivo pessoal)



Com a ocupação supostamente indígena, invasão ilegal de terra se expande na Zona Norte

SÍTIO A CRÍTICA.COM, 09.11.2014

Construção de nova avenida atrai aproximadamente 40 famílias, que se instalam em barracos improvisados e de maneira desordenada, se autodenominando indígenas para, muitas vezes, lucrar com a valorização da área

Enquanto operários, máquinas e tratores trabalham na construção da avenida das Flores, na Zona Norte, dezenas de famílias aproveitam a falta de fiscalização e a especulação no “mercado negro” imobiliário para acelerar a construção de casas e barracos às margens da nova via de acesso, dando origem a novas invasões de terra.

A “oportunidade” atraiu, também, aproximadamente 40 famílias de pessoas que se autodenominam indígenas e fazem parte da “Comunidade Indígena das Flores” estão ocupando terrenos localizados às margens da nova via, próximo ao conjunto Cidadão 12.

De acordo com o líder dos invasores, o cacique Maфра, todas as famílias que estão morando na área moravam no conjunto Cidadão e foram indenizadas com R\$ 13 mil pela Superintendência Estadual de Habitação (Suhab) quando os engenheiros informaram que era necessário desocupar os imóveis para que a obra pudesse continuar.

Ainda de acordo com o cacique Maфра, os documentos para requerer, junto à Suhab, a área ocupada atualmente pelos indígenas, estão sendo reunidos e serão entregues a um advogado, que tomará as providências necessárias a partir da próxima semana. “Nós fomos indenizados, mas com R\$ 13 mil é muito difícil encontrar uma casa nesse valor e acabamos ocupando essa área”, disse.

O cacique informou que a comunidade é formada por indígenas das etnias Kokama, Mura e Miranhã e que, diferente do que é comentado pelos moradores do conjunto, a área é preservada e somente as famílias que iniciaram a invasão permanecem no local. Os lotes foram divididos no mesmo tamanho que os terrenos do conjunto. “Nós só queremos permanecer neste local sem prejudicar ninguém”, acrescentou o cacique.

Maфра diz que as famílias solicitaram das concessionárias de água e energia a instalação dos contadores para que tudo seja regularizado. Segundo um morador do conjunto Cidadão que preferiu não se identificar, a invasão foi alvo de denúncias de várias pessoas que se incomodam com o barulho feito durante a noite e, principalmente, com o desmatamento causado pela construção dos barracos. “Essa invasão já tem mais de seis meses e ninguém nunca fez nada e a tendência é que a situação piore porque todos fecham os olhos”, disse o morador.

CONT.



Indígenas já haviam 'invadido'

Em 2011, outra invasão formada por líderes indígenas foi registrada bairro Tarumã, Zona Oeste de Manaus. O local, que recebeu o nome de "bairro Nações Indígenas" abrigava, na época, aproximadamente 80 famílias que invadiram uma área verde do bairro. Antes de 2011, duas mobilizações semelhantes foram realizadas.

Ambas acabaram desarticuladas e os indígenas perderam suas moradias depois que os donos das terras reagiram e tiveram o pedido de reintegração de posse acatado pela Justiça. O nome Nações Indígenas é uma referência à diversidade étnica de seus ocupantes. Eram pelo menos dez etnias de diferentes regiões dos Estados do Amazonas e de Roraima que ocupavam no local.

'Assentamento indígena' cresce sem ordenamento

A invasão que surgiu há duas semanas no bairro São Etelvina, Zona Norte, ao lado do estacionamento do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas (Detran-AM) que semana passada recebeu o nome de "Assentamento de Indígena" é outra ocupação irregular que segue crescendo desordenadamente.

Na semana passada, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas) informou que os proprietários foram orientados a tomar as providências cabíveis, tendo inclusive registrado boletim de ocorrência junto à Delegacia Especializada em Meio Ambiente (Dema), conforme nota do órgão. Os donos deverão também entrar com pedidos de reintegração de posse na Justiça para reaver a área.

De acordo com o advogado dos invasores, Abdalla Sahdo, atualmente 400 famílias ocupam o terreno de aproximadamente 200.000 metros quadrados. Ainda de acordo com o advogado, entre as famílias existem indígenas das etnias Mura, Miranha e Kokama.

O advogado explicou que não há documentos que comprovem a legitimidade dos proprietários, haja vista que o próprio "posseiro" Geraldo Magela Fidelis relata que há montagem de títulos e matrículas perpetradas por um ex-cartorário de nome Geramilton e os indivíduos Raimundo Franco de Sá, João Gomes Henriques e outros.

Abdalla informou que desconhece a informação de venda de lotes. "Eu já estive conversando com representantes da Semmas Secretaria de Política Fundiária que por enquanto não há nenhum pedido de reintegração de posse", disse o advogado.

O advogado declarou que pretende entregar um documento hoje, na Secretaria de Política Fundiária, solicitando informações sobre os possíveis proprietários da terra.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Confronto entre indígenas deixa feridos em Mato Castelhano, RS

SÍTIO GLOBO.COM, 09.11.2014

*Confusão ocorreu durante jogo de futebol após festa de casamento.
Oito indígenas foram feridos e quatro permanecem internados no hospital.*

Pelo menos oito indígenas ficaram feridos na noite de sábado (9) durante um conflito entre indígenas em Mato Castelhano, no Noroeste do Rio Grande do Sul. Segundo a Brigada Militar, a confusão ocorreu durante um jogo de futebol na localidade de Tijuco Preto.

Cerca de 200 pessoas estavam na comunidade onde antes tinha ocorrido uma festa de casamento. O desentendimento ocorreu entre um grupo de índios de Gentil e outro de Mato Castelhano. Segundo os índios, trata-se de uma rixa antiga entre as duas comunidades.

Oito pessoas precisaram ser encaminhadas para o hospital São Vicente de Paulo, em Passo Fundo, com ferimentos de facas. Seis foram hospitalizados, dos quais quatro permaneciam no hospital até a noite deste domingo (9) em estado regular, segundo a instituição.



Disputa por área ocupada por quilombolas é competência da Justiça Federal

SÍTIO DIREITO NET, 09.11.2014

Caberá à Justiça Federal decidir sobre questões relacionadas ao direito de propriedade da área ocupada pela comunidade remanescente do quilombo Cambury, no interior de São Paulo, que é disputada desde a década de 1970 por posseiros. A decisão é da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que seguiu por maioria o voto do ministro Benedito Gonçalves.

O conflito de competência chegou ao STJ porque tanto a Justiça estadual quanto a federal proferiram decisões sobre a ocupação da área na qual se encontra a comunidade de quilombolas.

De acordo com o relator, o processo de demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidade remanescente de quilombo compete ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Assim, o ministro considera “evidente” que as demandas judiciais sobre a posse dessas áreas repercutem no processo demarcatório de responsabilidade da autarquia federal agrária.

Daí o interesse da União em tais demandas, razão pela qual a Seção fixou a competência da Justiça Federal para o seu processamento e julgamento, conforme o artigo 109, I, da Constituição.

Histórico

Em 1976, foi ajuizada na Justiça estadual ação de reintegração de posse por particulares, cujo objeto é um terreno que está inserido na gleba ocupada pelos quilombolas, no município de Ubatuba (SP).

Já em 1984, foi proferida decisão em favor dos autores da ação, para determinar a sua reintegração na posse do terreno. Diante da inércia dos autores, os quilombolas continuaram instalados na área. Os autores só deram início ao cumprimento da sentença em 2007, quando a comunidade já havia sido reconhecida por entidades federais como remanescente do quilombo Cambury.

Tendo em vista o mandado de reintegração de posse expedido pela 1ª Vara Cível de Ubatuba, o Incra e a Fundação Cultural Palmares (FCP) ajuizaram ação civil pública na Justiça Federal e obtiveram liminar para assegurar a posse em favor da comunidade remanescente do quilombo.

Natureza originária

A decisão da Primeira Seção determina o envio dos autos da ação de reintegração de posse à Justiça Federal. O ministro Benedito Gonçalves destacou que a decisão da Justiça paulista “atenta contra a demarcação e titulação da área ocupada pela comunidade quilombola” e,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

consequentemente, contraria o que dispõe o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição de 88.

O ADCT diz que "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos".

Ao concluir, o ministro salientou que "o princípio da perpetuação da jurisdição (a ação de reintegração de posse já se encontra em fase de cumprimento de sentença) deve ser mitigado no caso concreto, em razão de outro princípio que busca a tutela do direito de natureza originária que recai sobre as áreas ocupadas por comunidades quilombolas e a que alude o artigo 68 do ADCT".

Fonte: STJ - Superior Tribunal de Justiça



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Farc reconhecem assassinato de 2 indígenas e negam ameaças a líderes

SÍTIO UOL NOTÍCIAS, 09.11.2014

A guerrilha das Farc reconheceu neste sábado o assassinato de dois indígenas no sudoeste da Colômbia, em fatos que qualificou de "graves e lamentáveis", ao mesmo tempo em que negou a autoria de um panfleto com ameaças de morte a 26 líderes indígenas da região.

Em comunicado divulgado pela delegação das Farc que negocia a paz com o governo em Havana, esse grupo se referiu às circunstâncias nas quais foram assassinados na quarta-feira os guardas indígenas Manuel Antonio Tumiñá e Daniel Coicué, da comunidade Nasa, em uma zona rural de Toribío, no departamento do Cauca.

Os dois indígenas foram assassinados quando perseguiram guerrilheiros das Farc que tinham tentado atentar contra o líder comunitário Edgar Tumiñá e também tinham tentado retirar uma cerca com propaganda alusiva ao que fora o número um das Farc, Guillermo Leão Sáenz, conhecido como "Alfonso Cano", morto em novembro de 2011 em uma operação militar em Suárez (Cauca).

Segundo a delegação das Farc, esse grupo tem "um profundo respeito, tanto por nossos povos originais, como pelo conjunto de nossos combatentes, muitos dos quais também são indígenas".



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Após briga, indígena é assassinado na Te'Yikuê em Caarapó

SÍTIO CAARAPO NEWS, 09.11.2014

O acusado foi detido por uma equipe da Força Nacional

O indígena Adenir Ricarte, de 20 anos, foi assassinado na madrugada de sábado (8), por volta da 1h, na aldeia Te'Yikuê, em Caarapó. O acusado foi detido por uma equipe da Força Nacional e entregue na delegacia de Polícia Civil.

De acordo com uma testemunha, Adenir teria ferido com golpe de faca Edilson Vilhalva de Almeida, que foi socorrido pelo amigo Roberinho Mendes (21), que retornou ao local depois, junto com seu irmão que não foi identificado, e armado com um facão acabou matando Adenir.



Infanticídio: Por que a Funai não intervém?

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 10.11.2014

Pergunta enviada por um leitor do #QI através do Fale Conosco: "Gostaria de saber porque a FUNAI não intervém nas comunidades indígenas que enterram os filhos vivos quando nascem com problemas mentais. Essa semana vi um vídeo brutal. ...onde o índio enterra o próprio filho vivo. Q absurdo." Continue lendo e veja a resposta e posicionamento da Equipe do #QI a respeito:

Algumas culturas indígenas não toleram crianças nascidas com alguns tipos de anomalias. Algumas não toleram partos gemelares, crianças albinas, crianças com defeitos físicos, crianças oriundas de adultério, entre outros problemas. Para eles, é natural. A maioria dos índios que ainda preservam esses comportamento nunca viveram como nós ocidentais que compramos comida produzida por outra pessoa e posta a disposição no supermercado em troca de dinheiro.

Os índios aculturados, aqueles que ainda praticam o infanticídio, em geral, ainda vivem de caça e pesca. Uma criança que não consegue caçar nem pescar se tornará um adulto dependente e enfraquecerá a tribo com um todo. Há ainda outras razões de ordem mística que condena à morte crianças de parto gemelar, ou albinos.

Vídeo.

No passado, a postura do estado brasileiro para com os índios era assimilacionista. Isso significa que os índios deveriam ser ensinados a se comportarem como nós, não índios. Eles deveriam, em suma, trocar a cultura deles pela nossa. Por essa perspectiva o infanticídio é condenável e deveria ser combatido até o desaparecimento.

Mas a postura assimilacionista do passado mudou. Hoje a postura do estado é preservacionista. Isso significa que ficou um tipo de crime tácito forçar mudanças nas culturas indígenas. Para os antropólogos da Funai não se deve permitir mudanças nas culturas indígenas. Por essa perspectiva o infanticídio é aceitável e não pode ser combatido porque seria uma intervenção violenta nas culturas dos índios que a praticam.

Respondendo à pergunta da leitora: É por isso que a Funai não intervém nas comunidades que praticam cujas culturas tenham como normais atos considerados imorais aos nossos olhos de cultura não indígena.

Sabem o que a Equipe do Questão Indígena pensa a respeito?: A Funai está correta.

Nossa postura em relação a proteção das culturas indígenas é diferente daquela exercida pela Funai. Acreditamos que os índios devem ter o direito de escolher se querem ou não preservar

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

suas culturas. A antropologia radical força os índios a isso. Nós do #QI acreditamos que os índios que quiserem manter suas culturas longe da Coca-Cola devem ser apoiados, inclusive em relação aos aspectos imorais aos olhos da nossa cultura, como o infanticídio.

Por outro lado, e novamente contra o interesse da Funai e da antropologia radical, acreditamos que os índios quer quiserem incorporar aspectos da nossa cultura ocidental como o calção adidas, as sandálias havaianas, o biscoito recheado e a coca-cola devem ter o também o direito de ser respeitados nessa decisão. Na nossa visão, o papel da Funai e da antropologia é conduzir essa mudança cultural, não impedi-la.

Mas, ao contrário disso, a Funai e seus antropológoides negam essa decisão aos índios. Para eles, os índios não tem o direito de permitir que sua cultura seja alterada pela nossa, o que para eles é uma mácula. Por essa ótica, tentar fazer com que os índios parem de assassinar seus infantes em determinadas circunstâncias é uma intervenção cultural indevida.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Exposição reúne produtos confeccionados por mulheres quilombolas

SÍTIO AQUI ACONTECE, 10.11.2014

A Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos realiza, entre os dias 14 e 17, exposição de produtos desenvolvidos por 120 mulheres de comunidades quilombolas de Alagoas. O evento, que acontece no Shopping Maceió, é resultado de capacitações do Projeto Saber Tradicional de Mulheres Quilombola. Durante a mostra serão entregues ainda duas máquinas de costura e um depósito de armazenamento das mercadorias para cada uma das quatro comunidades participantes.

O projeto é desenvolvido em convênio com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), e tem como finalidade a inserção produtiva desse segmento no mercado de trabalho. A ação permite que mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade pessoal e socioeconômica tenham mais oportunidades.

A secretária de Estado da Mulher da Cidadania e dos Direitos Humanos, Nadja Lessa, ressalta a importância do projeto. "Com a capacitação dessas mulheres, elas reconfiguram sua autoestima, e com a consequente divulgação desses produtos artesanais no mercado consumidor, elas agregam valor à sua renda familiar", assinalou.

Na oportunidade serão expostos produtos como: bolsas, colares, tapetes, chapéus, suplás, porta guardanapo entre outros. As 120 mulheres capacitadas no projeto fazem parte das comunidades quilombolas de Jacu/Moco, no município de Poço das Trincheiras; Serra das Viúvas, no município de Água Branca; Alto de Negras, no município de Canapi; e de Palmeiras dos Negros, no município Igreja Nova.

por Agência Alagoas



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Ipuxowoku Hou Koinkunoe (Conselho do Povo Kinikinau): Carta do Povo Kinikinau
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.11.2014



O Povo Kinikinau ressurgue como uma Fênix, que das cinzas desperta para a busca do bem viver baseado em seu território tradicional.

...houve tempo que ninguém mais falava em nossa existência, mas entre nós sempre soubemos de nossa origem...

... Estamos aqui!

Nós, Povo Kinikinau, para nós Koinukunoen, reunidos na Aldeia Cabeceira, terra indígena Nioaque, nos dias 06 a 09 de novembro de 2014, por ocasião da 1ª Assembleia do Povo Kinikinau, viemos a público expor nossa situação.

Nós Koinukunoen somos originário desta terra, vivemos durante séculos em nossos territórios e cultivamos junto a nossas terras e nosso povo, nossa língua, costumes, história e organização própria. Durante muito tempo fomos forçados a ficar na invisibilidade, por força da ação de posseiros, fazendeiros e do próprio Estado Brasileiro. Retalharam nossas terras e desmembraram nosso povo, como forasteiros fomos obrigados a iniciarmos migrações forçadas. Procuramos abrigo e fomos acolhidos por nossos irmãos Terena e Kadiwéu.

Agradecemos a estes povos, mas a acolhida deles não foi suficiente para sanar a dor de vivermos longe do que nos pertence, do que nos foi tomado. Longe de nossas terras tivemos problemas e vivemos mais de um século de violência. Fomos expulsos de nosso território há mais de 100 anos e hoje estamos levantando para lutar pelo nosso bem viver, pois com nossos velhos seguiu nossa cultura e nosso conhecimento, e este saber e identidade seguirão com nossos filhos de agora e para sempre.

Nossa terra foi invadida por fazendeiros que destruíram nossa natureza, nossas casas e nos expulsaram. Nossas famílias foram removidas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e ficamos esparramados por territórios alheios.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Nosso bem viver tem como fundamento nossa mãe terra, nosso território tradicional de onde fomos retirados à força, com o aval do braço estatal. O estado brasileiro está em dívida com o Povo Kinikinau, pois durante muito tempo nos negou o reconhecimento enquanto povo e até hoje nos nega o acesso ao nosso território tradicional.

Reafirmamos que somos Povo indígena originário desta terra e iremos retomar nossa dignidade de vida. Nossos anciãos, mulheres e jovens clamam pelo nosso território.

Houve tempo que ninguém mais falava em nossa existência, o próprio órgão indigenista oficial não reconhecia o Povo Kinikinau, fomos forçados a retirar nossos nomes originários dos documentos e riscados dos documentos oficiais como se não tivéssemos história, mas entre nós sempre soubemos de nossa origem e reafirmamos que estamos aqui!

Estamos aqui e exigimos a devolução e demarcação de nosso território tradicional.

Encaminhamentos:

Fica constituído o Conselho do Povo Kinikinau, organização tradicional do povo Kinikinau, formada por nossas lideranças tradicionais com fundamento nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988. Esta organização nos representará judicial e extrajudicialmente defendendo nossos direitos e garantias fundamentais. Será a partir dela que manteremos nossa unidade e nos movimentaremos, que transformaremos em realidade um século de espera.

O Conselho do Povo Kinikinau atuará em colaboração com o Conselho do Povo Terena e Conselho Aty Guasu Guarani Kaiowá e integrará a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB.

Juntos, os povos indígenas estarão lutando pela manutenção de nossos direitos historicamente conquistados e contra os ataques que temos sofrido.

Exigimos que o Estado brasileiro cumpra a Constituição Federal reconheça o nosso território tradicional.

Exigimos que a Fundação Nacional do Índio – FUNAI constitua o grupo de trabalho para iniciar a identificação e delimitação do território tradicional do povo Kinikinau.

Fica decidido que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e Ministério Público Federal (MPF) atenderá o Povo Kinikinau respeitando nossas especificidade e organização e decisões internas, observando os princípios da consulta e consentimento prévio, livre e informado; o princípio da identidade cultural; princípio de nossa autodeterminação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Fica decidido que a 2ª Assembleia do Povo Kinikinau será realizado na Aldeia Cabeceira, Terra Indígena Nioaque no ano de 2015.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Foram escolhidos para compor o Conselho do Povo Kinikinau: Nicolau Flores, Rosângela Mattos, Flaviana Roberto Fernandes, Albino Pereira Cece, Joel Marques, Zeferino Albuquerque, Geltrudes Anastácio Rosa, Genilson Roberto Flores, Rosaldo Albuquerque Souza, Edina Marques da Silva, Inácio Roberto.

1ª Assembleia do Povo Kinikinau

Aldeia Cabeceira, 09 de novembro de 2014.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Luiz Henrique Eloy



Indígenas de Roraima refletem sobre mudanças climáticas

SÍTIO PORTOGENTE, 10.11.2014

O que pensam os indígenas sobre mudanças climáticas? É que tenta responder o livro *Amazad Pana'adinhan: percepções das comunidades indígenas sobre as mudanças climáticas*, lançado em Brasília no dia último dia 15. O trabalho é resultado de uma pesquisa de três anos na Região Serra da Lua, em Roraima, que envolveu três terras indígenas: Jacamim, Malacacheta e Manoá-Pium.

Organizado por Sineia Bezerra do Vale, Coordenadora do Departamento Ambiental e Territorial do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e pelo antropólogo Alessandro Roberto de Oliveira a partir da pesquisa de campo de 18 agentes ambientais e territoriais indígenas (ATAIs) e três professores indígenas que orientaram o projeto, o trabalho identificou a percepção das comunidades de que nas últimas décadas os ciclos anuais, os tempos de verão e inverno, estão ocorrendo de maneira diferente daquela que os mais velhos relatam que costumava ser.

“Eventos climáticos extremos, como uma seca prolongada ou uma enchente sempre ocorreram, segundo os relatos, o problema é que estes acontecimentos estão aparecendo com um intervalo menor e com maior frequência. O que mais afeta a região em termos de mudanças climáticas são essas alterações bruscas. Os principais impactos são a perda de roças, a diminuição da caça, da pesca e dos produtos extraídos da mata, como o açaí, a bacaba, o buriti, a castanha. Além destes impactos nas atividades tradicionais de manejo e uso de recursos naturais, as mudanças do clima também afetam a habitação, a mobilidade e a saúde das comunidades indígenas”, explicou Alessandro Roberto de Oliveira.

Foram feitas mais de 90 entrevistas com pajés, caçadores, pescadores, agricultores e parteiras. Os agentes perguntaram sobre as mudanças percebidas nos últimos 20 anos que afetam a agricultura, caça, pesca e o extrativismo da região. Eles trabalharam na produção de mapas mentais das comunidades e calendários ecológicos, mostrando o que acontece a cada mês na interação entre as comunidades e seus ambientes. A rotina das mulheres mereceu destaque especial na pesquisa, dado o envolvimento delas com várias atividades que têm a ver com essa interação.

Um dos resultados da pesquisa foi a construção do plano regional de enfrentamento às mudanças climáticas na região da Serra da Lua com propostas de ação. O grande desafio para a implementação do plano é a busca por parcerias. “Algumas ações previstas no plano estão sendo e serão colocadas em prática pelas próprias comunidades, como, por exemplo, estabelecer consensos em relação ao tamanho das queimas para fazer as roças e definir áreas dentro das terras indígenas que devem ser conservadas. Mas outras ações demandam parcerias, sobretudo com órgãos públicos responsáveis por determinadas áreas, como a manutenção e conservação de estradas, que nas grandes enchentes cada vez mais frequentes deixam comunidades isoladas ou dificultam muito o transporte escolar”, avaliou Alessandro Roberto de Oliveira.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Confronto entre indígenas deixa feridos em MatoCastelhano, no Rio Grande do Sul
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 10.11.2014

Pelo menos oito indígenas ficaram feridos na noite de sábado (9) durante um conflito entre dois grupos rivais de índios kaingang em Mato Castelhana, no Noroeste do Rio Grande do Sul. Segundo a Brigada Militar, a confusão ocorreu durante um jogo de futebol na localidade de Tijuco Preto, onde a Funai tenta demarcar uma nova terra indígena.

Cerca de 200 pessoas estavam na comunidade onde antes tinha ocorrido uma festa de casamento. O desentendimento ocorreu entre um grupo de índios de Gentil e outro de Mato Castelhana. Segundo os índios, trata-se de uma rixa antiga entre as duas comunidades.

Oito pessoas precisaram ser encaminhadas para o hospital São Vicente de Paulo, em Passo Fundo, com ferimentos de facas. Seis foram hospitalizados, dos quais quatro permaneciam no hospital até a noite deste domingo (9) em estado regular, segundo a instituição.



Encontro de Valorização de Mulheres Indigenistas na aldeia Colorado

SÍTIO PORTAL SGC, 10.11.2014

Reunidas de 4 a 6 de novembro, na aldeia Colorado, uma das nove comunidades da Terra Indígena Rio Branco, as participantes do II Encontro de Valorização da Mulher Indígena decidiram iniciar dentro de casa uma campanha para resgatar culturas como a língua materna, ameaçada de extinção em várias aldeias.

Na comunidade onde luz elétrica e água tratada e gelada é “artigo de luxo”, e o único meio de acesso é pelo rio, mães casadas e separadas revelaram que uma das maiores preocupações é com o fato das crianças índias se criarem preferindo falar o idioma português.

Poucos jovens, de acordo com as representantes das aldeias Tupari, Makurap, Kampé, Jaboti e Aruá conhecem e cantam as músicas tradicionais. Segundo Maria Kampé, a ameaça é tão grave à identidade dos povos indígenas da região que dois de seus filhos adolescentes saíram da aldeia para estudar em escolas de Ensino Médio em Alta Floresta d’Oeste e tem “vergonha” de assinar o sobrenome indígena do pai, etnia Tupari.

O professor Isaías Tupari, que vai elaborar a monografia e defenderá como trabalho de conclusão do curso de Pedagogia, na Unir, em Ji-Paraná, uma reflexão sobre a educação tradicional e a dos não índios, integra um grupo de especialistas que para salvar a língua Tupari da ameaça de extinção editou uma cartilha bilíngue e já adota os dois alfabetos na alfabetização das crianças Tuparis que estudam na aldeia Colorado.

Com a presença de vários caciques e de outros líderes indígenas, as participantes se mostram cada vez mais interessadas em conhecer as leis dos não índios, querem saber tudo sobre seus direitos e ter maior participação na elaboração, execução e fiscalização das políticas públicas direcionadas à população indígena.

Logo depois de ouvir as primeiras explicações com o tema a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (Pnegati) pediram aos organizadores uma oficina específica para tirar todas as dúvidas sobre o assunto.

Heliton Gavião e Tenesson Gonçalves de Oliveira, explicaram ao falar sobre “Participação das mulheres indígenas na política de gestão ambiental, territorial e etnodesenvolvimento”, ser prioridade o etnozoneamento das Terras Indígenas para condução correta da execução de uma política de aproveitamento sustentável das potencialidades econômicas e reforço aos valores culturais de cada etnia, como a religião e o conhecimento tradicional de cada povo.

“Mais importante ainda é fato da mulher também ser chamada a participar desse programa, e as comunidades indígenas serão mais ouvidas, antes do início de qualquer obra que traga impacto ao meio ambiente”, observou Heliton Gavião.

CONT.



Diretrizes

Cinco diretrizes estão previstas na Pngati, como o reconhecimento e respeito às crenças, usos, costumes, línguas, tradições e especificidades de cada povo indígena; reconhecimento e valorização das organizações sociais e políticas dos povos indígenas e garantia das suas expressões, dentro e fora das terras indígenas; protagonismo e autonomia sociocultural dos povos indígenas, inclusive pelo fortalecimento de suas organizações, assegurando a participação indígena na governança da política nacional, respeitadas as instâncias de representação indígenas e as perspectivas de gênero e geracional.

São prioridades ainda o reconhecimento e valorização da contribuição das mulheres indígenas e do uso de seus conhecimentos e práticas para a proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais imprescindíveis para o bem-estar e para a reprodução física e cultural dos povos indígenas; e contribuição para a manutenção dos ecossistemas nos biomas das terras indígenas por meio da proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais imprescindíveis à reprodução física e cultural das presentes e futuras gerações dos povos indígenas.

Maria Kampé Coordenadoria

Representante dos Estados de Rondônia e Mato Grosso na Comissão Nacional de Políticas Indigenistas (CNPI), e um dos principais idealizadores da Pnegati, Heliton Gavião aponta a criação da Coordenadoria de Assuntos Indígenas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) como um dos avanços do governo Confúcio Moura para fortalecer a parceria da União com o Estado e os municípios na execução dessa política indígena.

Por meio desse modelo de desenvolvimento sustentável, atrair também a iniciativa privada para programas como o de sequestro de carbono e outros. A conclusão dos planos, uma espécie de inventário de todas as potencialidades da fauna e da flora, minerais e traços culturais de cada povo, resultam em projetos como os de sequestro de carbono funcionam em cooperação com os Suruí, em Cacoal.

Já concluíram seus levantamentos também os Gaviões e os Uru-Eu-Wau-Wau, e os Zoró e Cintas Largas estão concluindo os seus projetos.

Etnias reivindicam construção de estrada

Participaram ainda dos debates com as mulheres indígenas coordenadores técnicos da Funai, Sedam e Secretaria de Assuntos Estratégicos (Seae), representantes da Fundação Universidade de Rondônia (Unir), Federação Rondoniense da Mulher (Feron), Conselho Estadual de Política Cultural – Setor Culturas Indígenas -, com o objetivo de fortalecer o Movimento de Mulheres Indígenas de Alta Floresta d'Oeste, discutir Direitos da Mulher, Violência contra a Mulher, Organização Social, Meio Ambiente, Cultura e maior estímulo à interação entre as etnias.

Cacique Durval Kampé cobrou a expansão do programa "Luz para Todos" e "Moradias Populares" para as aldeias da TI Rio Branco. "A gente não viu acontecer. Tem pessoa aqui na terra indígena que é carente e tem necessidade de morar em casa melhor".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 202/ 2014

Brasília, 10 de novembro de 2014.

A construção de uma estrada interligando a aldeia Tucumã, na margem do Rio Branco, à localidade do Formigueiro é reivindicada pelas mulheres, para que possam ter acesso a outras cidades e vender artesanato para aumento da geração de renda.

As índias solicitaram ainda a construção de um barracão para oficinas e abertura de Centro de Memória em cidades-pólos onde os produtos artesanais possam ser vendidos. Há início desse trabalho com os Makurap, segundo Luzenny Amaral, e em conjunto com a Unir a entidade atuará em outras aldeias como a Tupari e outras.